

Marx e o Marxismo 2015: Insurreições, passado e presente

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 24/08/2015 a 28/08/2015



TÍTULO DO TRABALHO			
ORGANIZAÇÃO DA DOMINAÇÃO BURGUESA E CAPITAL-IMPERIALISMO: O CIPE E A ARTICULAÇÃO DA BURGUESIA BRASILEIRA EM REDE ASSOCIATIVA NA AMÉRICA LATINA, NOS ANOS DE 1990			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
Flávio Henrique Calheiros Casimiro	Instituto Federal do Sul de Minas Gerais / PPPGH/Universidade Federal Fluminense	IFSULDEMI NAS / UFF	Professor / Doutorando
RESUMO (ATÉ 150 PALAVRAS)			
<p>A proposta deste estudo, que parte de pesquisas desenvolvidas para tese de doutorado, tem como objetivo fundamental analisar as estratégias de organização e articulação da burguesia Brasileira e sua inserção no quadro do capitalismo mundializado, a partir dos anos 1990. Nesse sentido, buscamos levantar as formas de atuação das classes dominantes de uma série de países da América Latina a partir de sua mobilização em “aparelhos privados de hegemonia”. Nossa intenção é compreender a natureza da articulação existente entre uma série de organizações privadas de caráter patronal atuantes em diversos países latinoamericanos, rastreando suas conexões com a instituição estadunidense Center for International Private Enterprise (CIPE). Essa instituição filiada à Câmara de Comércio dos EUA e financiada pelo National Endowment for Democracy (NED), pela US Agency for International Development e por fontes privadas, desenvolveu projetos com o objetivo de difundir, organizar e pressionar pela implantação de políticas de caráter neoliberal, através da estruturação de uma rede associativa de organizações patronais nacionais e regionais (no caso da América Central) em diversos Estados latinoamericanos. As organizações das classes burguesas na América Latina, com suas estratégias e mecanismos de atuação, constituem-se uma temática ainda relativamente pouco explorada nas ciências sociais. Entretanto, inserem-se em um importante processo histórico e social fundamental para a compreensão do desenvolvimento da dominação capitalista e do capital-imperialismo na América Latina.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ 3)			
Organização da Burguesia; Aparelhos Privados de Hegemonia; Rede Associativa.			
ABSTRACT (ATÉ 150 PALAVRAS)			
KEYWORDS (ATÉ 3)			
EIXO TEMÁTICO			
Poder, Estado e luta de classes			

Organização da Dominação Burguesa e Capital-Imperialismo: O CIPE e a articulação da burguesia brasileira em *Rede Associativa* na América Latina, nos anos de 1990

Flávio Henrique Calheiros Casimiro^{**}

Introdução

O quadro conjuntural dos anos 1980 e a transição para o regime democrático que se desenvolve e se consolida ao longo dos anos de 1990 apontam para um importante processo de transformações no cenário político-econômico e social brasileiro, constituindo-se como um contexto específico de lutas sociais e simbólicas pela construção de um novo projeto de poder. Contudo, apesar de todo processo de complexificação ou, na concepção gramsciana, ocidentalização da sociedade brasileira - com uma ampliação dos movimentos sociais e das lutas de classe, nas últimas décadas - é preciso evidenciar o caráter contrarrevolucionário presente no processo de redemocratização, onde observamos um ajustamento ou atualização das formas e estratégias de dominação da classe burguesa. Esse processo inclui a incorporação de certas reivindicações dos movimentos sociais e das classes subalternas, mas, todavia, garantido o essencial da dominação e da acumulação de capital. Ou seja, como um processo de “contrarrevolução preventiva”, no conceito de Florestan Fernandes. Dessa forma, o processo de ocidentalização da sociedade brasileira, nos anos de 1980 e 1990, assim como a conjuntura do capitalismo mundializado, apontam para a necessidade de reflexão quanto às novas formas em que se desenvolve a dominação burguesa no Brasil.

A transição democrática, nos anos finais da década de 1980 e sua consolidação nos anos de 1990, não representou uma ruptura com as velhas forças dominantes, nem tampouco configurou-se como um projeto das forças progressistas e dos movimentos sociais. Na verdade, observamos a operação de ajustes, onde a solução para as crises não incorporaram, de fato, os interesses subalternos, mas caracterizou-se pela permanência das estruturas dominantes, através de uma readequação e de estratégias pactuadas pelo alto, no sentido de realizar mudanças para se evitar transformações concretas. Uma suposta revolução contra a ordem capitalista, mesmo sendo uma ameaça extremamente remota, serve como mecanismo para reunir a burguesia em torno de um

^{**} Professor de História Econômica do Instituto Federal do Sul de Minas Gerais, IFSULDEMINAS – Câmpus Poços de Caldas. Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH – UFF).

mesmo objetivo para garantir a posição de dominação. Lúcia Neves, afirma que a história política do Brasil, a partir dos anos de 1990, pode ser entendida como a “história da recomposição, consolidação e aprofundamento da hegemonia da burguesia brasileira nesse momento de mudanças qualitativas na organização do trabalho e da produção e da reestruturação do Estado no capitalismo monopolista internacional e nacional” (NEVES, 2005, p. 89).

No plano internacional a euforia em torno da globalização representou um veículo fundamental nas lutas simbólicas pela naturalização de novas estratégias de dominação diante das supostas necessidades de adequação ao quadro internacional de reestruturação produtiva. Essas novas estratégias de dominação são apresentadas, por esses agentes, como a própria expressão da “modernidade” notadamente por serem consideradas como resultantes das forças de mercado “liberadas das correntes nocivas da ação do Estado”. Por conseguinte, o discurso dos organismos internacionais como o FMI - Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e BIRD (Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento) era o de que as reformas estruturais que incentivassem o funcionamento dos mercados, apoiado na iniciativa privada e na menor presença estatal nas atividades econômicas, garantiriam a essas nações a retomada das altas taxas de investimento e, por sua vez, o crescimento econômico. As novas estratégias burguesas de dominação e acumulação de capital desenvolvidas a partir do quadro de globalização, do capitalismo monopolista internacional e do quadro de reestruturação produtiva – muitas vezes sintetizadas por pesquisadores a partir do conceito de neoliberalismo -, encontram respaldo e foram difundidas na América Latina, em grande medida, a partir do quadro de crise econômica e hiperinflação.

Essas novas diretrizes de reformas também são interpretadas como sendo uma resposta à crise de superacumulação de capital que se instaura, no final dos anos 1960, nos países do núcleo da economia mundo. É exatamente nessa conjuntura que a América Latina vive a crise da dívida e o processo hiperinflacionário. No caso do Brasil, essa crise está diretamente relacionada ao colapso dos esforços nacional-desenvolvimentistas, à crise de legitimidade da ditadura militar e a ascensão dos movimentos sociais da redemocratização.

No discurso de reformas para o mercado e de acordo com a cartilha do Consenso de Washington, todos os países latino-americanos deveriam se engajar nesse processo de reconfiguração da ordem econômica que garantiria a inserção no “novo mundo globalizado” e seria tão mais bem sucedida, quanto maior o grau de abertura das economias e a desregulamentação dos mercados. Assim, os organismos internacionais lançam mão de novas estratégias de ação, tanto na condução da política econômica, nas formas de coerção do trabalho, assim como na conformação

social dos países. As “novas funções do Estado” envolvem desde a gestão das pequenas reformas para implantar as grandes reformas até a formulação de uma nova sociabilidade a partir de uma suposta racionalidade do mercado (NEVES, 2005,p. 73).

O exercício de reflexão aqui proposto, tem o objetivo de analisar as formas de organização da burguesia e suas estratégias de manutenção e atualização da dominação. Para tanto, a proposta visa articular aspectos teóricos e empíricos, a partir do pensamento crítico rigoroso da tradição marxista, tendo como referencial o debate proposto em distintos trabalhos de autores que partem dessa metodologia e das próprias categorias analíticas desenvolvidas por Antônio Gramsci e Nicos Poulantzas e Florestan Fernandes. Por conseguinte, buscamos articular as concepções teóricas e o dinamismo do pensamento marxista desenvolvido pelos teóricos supracitados à realidade histórica específica da organização da burguesia no Brasil em relação com outros países da América Latina. Assim, apontamos para a necessidade de uma reflexão sobre dois aspectos fundamentais: a complexa relação dessa burguesia com o Estado, no atual estágio do capitalismo mundializado; e sua postura diante do processo de capital-imperialismo.

De antemão, entendemos que o exercício da dominação de classe pressupõe a existência de um Estado que dê condições e estruture o poder, universalizando os interesses específicos de determinada classe para todo conjunto social. Como nos diz Nicos Poulantzas: “O Estado tem um papel constitutivo na existência e reprodução dos poderes de classe, e em especial na luta de classes, o que explica sua presença nas relações de produção” (POULANTZAS, 1980, p. 44). Por outro lado, o que complexifica a compreensão das formas de dominação de classe, principalmente na conjuntura atual do capitalismo, é, justamente, a observação da estruturação dessa dominação burguesa a partir de interesses e de uma atuação que vai muito além dos limites do Estado, sintonizando-se às relações do capitalismo mundializado.

A partir dessas concepções, buscamos analisar e situar a organização e articulação da burguesia em uma espécie de rede associativa de aparelhos privados de hegemonia latino-americanos. Essas entidades patronais estão atrelados a uma instituição estadunidense que constitui-se como um “*estado-maior*” formulador de diretrizes e estratégias de ação. Todavia, esclarecemos que a proposta de estudo aqui apresentada parte de pesquisas ainda iniciais, onde o propósito aqui concentra-se mais em lançar reflexões, haja vista que os problemas aqui abordados são questões para pesquisas de grande fôlego, dada sua complexidade. Portanto, as reflexões aqui apresentadas estão entre algumas das principais inquietações que norteiam minhas pesquisas para a tese de doutoramento.

Estado, sociedade civil e organização de aparelhos privados de hegemonia.

As reformas econômicas na gestão do capital e na coerção do trabalho, vinculadas ao capitalismo monopolista internacional e ao processo de reestruturação produtiva, vem sendo trabalhadas e reiteradas no Brasil, nos anos de 1990, enquanto processo, caracterizando-se como um mecanismo de atualização da dominação por parte da classe burguesa, diante de um contexto local de reconfiguração política. Esse processo vem se apresentando seja pela ação desestruturadora, desarticuladora e coercitiva sobre os movimentos sociais e trabalhistas diante da atuação incisiva do Estado, seja pelo processo de desregulamentação e dilapidação de direitos historicamente constituídos por meio das lutas sociais. Esse processo guarda relações com estruturas organizadas na sociedade civil, na concepção gramsciana, que estabelecem diretrizes de políticas e projetos de lei, bem como cobram, inclusive, por uma ação repressiva do Estado.

Além disso, essa atuação se faz também por meio de estratégias das mais variadas com o objetivo de naturalização de um novo significado de ator social - através da atuação dos aparelhos privados de hegemonia e dos meios midiáticos -, despolitizando as relações sociais e transformando o trabalhador militante e combativo em um voluntário passivo diante da própria condição de explorado. Como afirma Virgínia Fontes, em um “peculiar processo de mercantil-filantropização da luta social (FONTES, 2010, p. 270-271)”.

Esse processo de redefinição na orientação da dominação de classe, enquanto aspecto da gestão do capital, busca contemplar, mesmo que de forma parcial e distinta, os interesses das diferentes frações da burguesia. Portanto, busca agregar desde o proprietário de pequenas fábricas ou empreendimentos comerciais até os grandes conglomerados financeiros e industriais. Como afirma a historiadora Carla Luciana Silva, “o neoliberalismo será entendido como um processo, que vem sendo construído ao longo das últimas décadas, levando a modificações na gestão política, na reestruturação produtiva, na linguagem ideológica e na imposição de uma cultura única” (SILVA, 2005, p. 12).

Entendemos que esse processo de mudança ou rearticulação das forças dominantes, ocorrido nas últimas décadas, insere-se tanto em um quadro de contra-ofensiva - sobre o avanço da organização e mobilização das classes trabalhadoras, desde a segunda metade da década de 1970 -, quanto em relação ao próprio quadro mais amplo do capitalismo mundializado em sua expressão imperialista. Isso se deu de tal forma que parte dessa nova dinâmica das classes dominantes se edifica a partir de uma vontade crescente de reverter - por meio de transformações mais profundas

do sistema produtivo e da acumulação de capital e não com simples medidas de conjuntura - o crescimento da mobilização e das lutas sociais e, por outro lado, seu próprio posicionamento diante do capital financeiro internacional. Por conseguinte, essa reorientação estratégica está sintonizada tanto ao quadro conjuntural das forças políticas nacionais, como à reformulação econômica, social e política do capitalismo em escala mundial.

Como muito bem examinado por Virgínia Fontes, os anos de 1970 e 1980 foram extremamente ricos no que concerne à “constituição de organizações, tanto de base empresarial quanto sindicais e populares, que afrontavam a multiplicidade a seletividade repressiva dominante” (FONTES, 2010, p. 227). Esse desenvolvimento de entidades de classe evidenciam a complexificação da sociedade brasileira em seu processo tardio de ocidentalização. Como afirma Virgínia Fontes as entidades empresariais atuavam corporativa e politicamente como sociedade civil como aparelhos privados de hegemonia, e participavam intimamente do Estado, antes, durante eu acrescentaria também, depois do período ditatorial. Apresentavam-se entretanto, como sociedade civil no sentido liberal, contrapondo-se ao Estado. Deslizavam facilmente de um a outro sentido, controlando passo a passo o processo constituinte através do Centrão, força política interpartidária que lhe dava suporte. (FONTES, 2010, p. 242).

Por conseguinte, atuando como sustentáculos para a construção da dominação burguesa, podemos destacar a atuação de importantes entidades de caráter patronal, que buscaram naturalizar e universalizar seus interesses de classe como consenso. Essa ação que se manifesta na *práxis* e penetra em todas as esferas da vida social, tem um caráter pedagógico de persuasão discursivo-ideológica, conscientemente organizado e executado por agentes e instituições, com o objetivo de defender sua posição de dominação, assim como a ampliação da acumulação capitalista.

Como afirma Carla Luciana Silva, “essa atuação não é isolada, remete à existência de *estados-maiores*, onde são formuladas visões de mundo e formas de organizar a dominação (...)” (SILVA, 2005, p. 19). Nesse sentido, destacamos algumas das principais organizações empresariais, que teriam atuado como “pivôs político-ideológicos” nos anos de 1980: a Câmara de Estudos e Debates Econômicos e Sociais (Cedes); a Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF); a União Brasileira dos Empresários (UB); a União Democrática Ruralista (UDR); a Associação Brasileira de Defesa da Democracia (ABDD); o Movimento Cívico de Recuperação Nacional (MCRN); o Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE); o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi); e o Instituto Liberal (IL). (FONTES 2010 e BIANCHI 2010). Diante dos objetivos da nossa pesquisa, vamos nos concentrar na articulação entre o

supracitado Instituto Liberal e diferentes organizações patronais espalhadas por toda América Latina e EUA.

O Instituto Liberal do Brasil e sua relação com o NED e CIPE.

O Instituto Liberal (IL), foi fundado em 1983, na cidade do Rio de Janeiro, pelo engenheiro e empresário Donald Stewart Jr., Constituindo-se como um aparelho privado de hegemonia de caráter patronal, seu objetivo maior era a difusão de políticas e propostas de reformas voltadas ao aprofundamento da economia de mercado, sintonizada ao processo de reestruturação produtiva. Essas políticas deveriam ser implementadas no Brasil e representam um mecanismo de atualização das diretrizes para a dominação de classe burguesa. Em 1987 o Instituto Liberal foi transformado em uma rede nacional, com sedes em São Paulo, Brasília, Curitiba, Porto Alegre, Belo Horizonte Salvador e Recife. De acordo com o estudo realizado pela cientista social Denise Gros, os Institutos Liberais foram criados por um grupo de empresários que se propuseram a realizar uma missão de longo prazo: divulgar as ideias liberais entre as elites brasileiras, dedicando-se à atividade política e ideológica de defesa dos preceitos do liberalismo (GROS, 2003, p. 14).

Os Institutos Liberais desenvolveram uma série de estratégias de difusão ideológica, objetivando capilarizar seu discurso e universalizar seus interesses de classe, transbordando-os para outros estratos a partir da incorporação de diversos setores e grupos sociais, principalmente aqueles considerados “formadores de opinião”, como: políticos, empresários, professores universitários, jornalistas, militares e intelectuais simpatizantes da causa liberal. Nesse processo de construção, destacamos essa atuação de aparelhos privados de hegemonia, como é o caso do Instituto Liberal, como *estruturas estruturantes* da dominação de classe burguesa a partir da captura aparelho estatal.

A partir de 1990, o Instituto Liberal incorporou uma nova estratégia de ação pedagógica propositiva, buscando estreitar suas relações com propostas de instituições estrangeiras, o que abriu novas perspectivas de atuação da organização brasileira. Uma dessas estratégias foi intitulada de *Série Notas* e faz parte de um projeto maior desenvolvido em diversos países latino-americanos, que ficou conhecido como “Programa de Assessoria Legislativa para a América Latina”. Esse projeto foi idealizado e viabilizado pela instituição estadunidense chamada Center for International Private Enterprise (CIPE), vinculada ao Fundo Nacional para a Democracia (National Endowment for Democracy – NED). O projeto organizado e financiado pelo CIPE foi executado em diversos países da América Latina, por meio de articulações entre uma série de organizações patronais, como

veremos ao longo deste estudo. Dessa forma, o modelo de ação e os recursos para iniciar os projetos em cada país partiam do CIPE, já a definição das pautas de ação e a execução dos respectivos projetos cabiam aos aparelhos privados de hegemonia de cada país que compunha o programa.

O Fundo Nacional para a Democracia (National Endowment for Democracy – NED), foi criado em 1983, no governo Reagan. Trata-se de uma organização não governamental, mas sustentada com recursos governamentais, constituindo-se como um dos canais fundamentais de atuação e intervenção dos EUA no exterior.

A formação do NED foi seguida pela criação de outras quatro entidades de representação ligadas a ele, são elas: Center for International Private Enterprise (CIPE), fundado em 1983, constituiu-se como uma entidade da U.S. Chamber of Commerce (Câmara Americana de Comércio). Trata-se de uma poderosa organização empresarial à qual se vinculam mais de uma centena de associações empresariais no mundo, incluindo a maioria dos países latino-americanos; o National Democratic Institute for International Affairs (NDI), instituto associado ao Partido Democrata, nos EUA; o International Republican Institute (IRI), instituto associado ao Partido Republicano, nos EUA; Em 1997, a AFL-CIO unificou seus quatro institutos de atuação no exterior, incluindo o FTUI, criando o American Center for International Labor Solidarity (ACILS), também conhecido como Solidarity Center, com atuação nos setores trabalhistas e sindicais. A estrutura do NED representa, assim, uma articulação estratégica entre o Estado americano, os dois partidos políticos dominantes, as corporações norte-americanas e a cúpula do movimento sindical (MINELLA, 2009). Segundo o cientista político Ary Cezar Minella:

Como observam Scott e Walters, o NED permite desenvolver políticas que normalmente seriam impedidas por princípios de soberania e não-intervenção, e essa “diplomacia informal” é um elemento potencialmente útil para a política externa. Essa dimensão intervencionista foi denunciada no próprio Congresso norte-americano desde o início da formação do NED. O NED é uma organização juridicamente privada, mas seu orçamento está presente no Departamento de Estado e deve ser aprovado pelo Congresso norte-americano. Os recursos são repassados basicamente pela USAID. Durante os anos 90, recebeu entre 30 e 35 milhões de dólares anualmente, parte dos quais é operada diretamente pelo NED (entre 40-45%), e a outra é repassada para as quatro organizações, que também recebem fundos de outras fontes, como as corporações privadas. Os recursos são utilizados para financiar atividades e organizações de diversos tipos no exterior: centros de pesquisa e formulação de políticas públicas (conhecidos como think tanks), ONGs, associações empresariais e de trabalhadores, partidos políticos, organizações diversas da sociedade civil. (MINELLA, 2009, P.14)

O CIPE define da seguinte forma os seus objetivos: auxiliar a promover reformas econômicas orientadas para o mercado; sustentar organizações empresariais privadas; aumentar e fortalecer a cultura do setor empresarial; auxiliar a desenvolver mecanismos que promovam o

crescimento do desenvolvimento do setor privado nacional e internacional para fortalecer os princípios da liberdade de mercado e a empresa privada em todo o mundo. Essa atividade é feita em conjunto com diferentes instituições locais e aparelhos privados de hegemonia. De acordo com o site do CIPE essas organizações seriam compostas por “*think tanks*, associações empresariais, instituições educacionais e de treinamento para os profissionais da mídia. O CIPE já financiou mais de 300 projetos em 50 países” (GROS, 2003, p. 141; Center for International Private Enterprise, in: cipe.org).

O CIPE sustenta que os países precisam construir instituições democráticas e orientadas para o mercado, simultaneamente, uma vez que essas seriam, essencialmente, duas faces da mesma moeda. “Sem um sistema de mercado em funcionamento, as democracias permanecerão frágeis. Da mesma forma, sem um processo democrático, as reformas econômicas não são suscetíveis de ter sucesso” (http://www.cipe.org/sites/default/files/publication-docs/laplac_evaluation.pdf).

O Projeto de “Assessoria Legislativa” desenvolvido pelo CIPE em países da América Latina foi idealizado em 1985, pelo embaixador da República Dominicana nos Estados Unidos, Carlos Despradel. De acordo com o relatório de resultados do projeto:

Ele [Carlos Despradel] organizou um programa, surpreendentemente simples e direto em seu contorno, que se tornou o modelo para todos os serviços de assessoramento legislativo subsequentes:

Uma entidade capaz de realizar pesquisas econômicas privadas locais, periodicamente seleciona **um projeto de lei de importância econômica nacional** que está sob deliberação do Congresso (ou um tópico que deva ser considerado pelos legisladores nacionais).

Analisa o projeto de lei e **apresenta seu ponto de vista do problema, conclusões e ações recomendadas** a todos os membros do Congresso em um relatório, de breve leitura entre quatro e oito páginas.

O relatório é distribuído ao mesmo tempo aos setores de tomada de decisão como funcionários e dirigentes de instituições influentes e a interessados - do Poder Executivo, aos dirigentes de partidos políticos fora do Legislativo, às organizações de meios de comunicação empresariais e trabalhistas, aos institutos de investigação e universidades, às Missões estrangeiras, entre outros.

O grupo defende os pontos de vista apresentados no relatório, por exemplo, em conferências de imprensa, reuniões de revisão especial com os legisladores, debates ou seminários, mesa redonda com líderes de opinião de vários propósitos, aparições em audiências do Comitê do Congresso, etc.

O relatório inteiro ou trechos dele são muitas vezes reimpressos nos jornais diários, semanais, em suplementos econômicos, revistas acadêmicas, ou de outras publicações do donatário ou organizações associadas. (grifos nossos)

(http://www.cipe.org/sites/default/files/publication-docs/laplac_evaluation.pdf).

Essa rede de aparelhos privados de hegemonia espalhados e atuantes em diversos países latino-americanos, articulados a partir de diretrizes estabelecidas pelo CIPE - que constitui-se como

um “estado-maior” na formulação de estratégias de ação - é composta pelas seguintes entidades privadas e seus respectivos países:

Quadro 1: Rede de Organizações latino-americanas associadas - Programa do CIPE

País ou Região	Organização Patronal Associada	Sigla
América Central	Federación de Entidades Privadas de Centroamérica y Panamá	FEDEPRICAP
Argentina	Instituto de Estudios sobre la Realidad Argentina y Latinoamericana / Fundación Mediterránea	IERAL
Bolívia	Confederación de Empresarios Privados de Bolivia	CEPB
Brasil	Institutos Liberais	IL
Chile	Instituto Latinoamericano de Doctrina y Estudios Sociales / Universidad Alberto Hurtado	ILADES
El Salvador	Asociación Nacional de la Empresa Privada	ANEP
Equador	Asociación Nacional de Empresarios	ANDE
Nicarágua	Consejo Superior de la Empresa Privada	COSEP
Paraguai	Fundación para la Cooperación y el Desarrollo	FUPACODE
Peru	Instituto APOYO	APOYO
República Dominicana	Centro de Orientación Económica	COE
Uruguai	Centro de Estudios de la Realidad Económica y Social	CERES

(Fonte: http://www.cipe.org/sites/default/files/publication-docs/laplac_evaluation.pdf)

O relatório de resultados do projeto de 1993, afirma que nos últimos anos os governos constitucionais e a economia de mercado reapareceram na América Latina de uma forma jamais vista em sua história, onde o projeto só poderia alcançar êxito em uma república que apresentasse cinco elementos importantes, seriam eles:

1) um congresso necessitado; 2) um grupo de empresários ávidos por mudanças sólidas nas políticas econômicas; 3) economistas profissionais que valorizam a livre iniciativa privada; 4) o livre funcionamento da mídia, e 5) uma cabeça aberta do Estado (ou ao menos tolerância) para um ambiente político propício à reforma econômica.

(http://www.cipe.org/sites/default/files/publication-docs/laplac_evaluation.pdf).

Ainda de acordo com o relatório do projeto, a ideia consistia na “operação de junção de dois objetivos, que raramente têm sido conceituados como complementares e assim aplicados”. Seriam eles:

- 1) A democratização econômica: a promoção de políticas e práticas de livre iniciativa privada e a economia de mercado, ao longo das linhas demonstrado com resultados positivos na Europa Ocidental, América do Norte e Oriente nas repúblicas da Ásia e;
- 2) A democratização política: ampliar e fortalecer as bases da representação política e de políticas públicas em pelo menos três dimensões:
 - a) em primeiro lugar, o reforço da capacidade do legislador nacional para tomar decisões informadas e equilibrar o ramo mais forte no executivo;
 - b) fornecer um mecanismo para que as empresas estudadas possam transmitir opiniões ao governo na formulação de políticas e;
 - c) informar e educar o público através da mídia sobre as medidas econômicas a serem consideradas pelo seu governo. (Performance and Prospects for Legislative Advisory Programs in Latin America, in: cipe.org).

O quadro abaixo apresenta os valores de investimentos envolvidos na organização e execução do Programa de Assessoria Legislativa na América Latina, assim como o tempo de duração do financiamento realizado pelo CIPE.

Quadro 2: Montante de recursos envolvidos no projeto .

País	Entidade	Investimento do CIPE: US\$	Investimento de outras fontes: US\$	Período de associação com o CIPE
América Central	FEDEPRICAP	210.000,00	95.000,00	1991 - 1994
Argentina	IERAL	416,100,00	578.200,00	1988 - 1993
Bolívia	CEPB	102.470,00	-----	1992 - 1993
Brasil	IL	325.900,00	-----	1990 - 1993
Chile	ILADES	229.200,00	-----	1990 - 1992
El Salvador	ANEP	240.000,00	112.800,00	1990 - 1993
Equador	ANDE	193.260,00	107.850,00	1990 - 1993
Nicarágua	COSEP	282.000,00	46.000,00	1990 - 1993
Paraguai	FUPACODE	<u>286.260,00</u>	357,000,00	1990 - 1993
Peru	APOYO	<u>150.000,00</u>	-----	1990 - 1992
República Dominicana	COE	268,000,00	143.000,00	1986 - 1993

Uruguai	CERES	163.500,00	----	1989 – 1993
TOTAL		2.866.690,00	1.439.850,00	De 1986 até 1994

(Fonte: Performance and Prospects for Legislative Advisory Programs in Latin America, in: cipe.org)

Todo o Programa de Assessoria Legislativa da América Latina envolveu uma quantia de mais de 4,3 milhões de dólares entre investimentos com a associação ao CIPE e outras fontes variadas de financiamento. Além disso, nem todas as fontes alternativas de recursos envolvidas no programa foram citadas no relatório.

O Programa de Assessoria Legislativa executado no Brasil pelo Instituto Liberal

No Brasil, entre meados de 1990 e fevereiro de 1993, o CIPE investiu cerca de US\$ 325.900 dólares no programa de “Assessoria Legislativa” executado pela rede de Institutos Liberais (IL), que recebeu o nome de *Série Notas*. O programa da *Série Notas* foi realizado no Brasil através de uma carta econômica mensal de circulação nacional, com uma tiragem que variou, ao longo dos anos, entre 5.000 e 10.000 exemplares. O objetivo dessa publicação é analisar projetos de lei e dispositivos constitucionais, sob a ótica ideológica liberal. Projetos em discussão no Congresso, no Senado por parlamentares ou pelo Poder Executivo, considerados de importância pelo instituto, eram examinados por um grupo de profissionais da área de economia pertencentes ao quadro de sócios da instituição, onde grande parte eram vinculados ao programa de economia da FGV. Assim, o propósito era avaliar o impacto que a aprovação dos mesmos teria sobre a sociedade. O primeiro número da *Série Notas* de 1990, traz a seguinte definição:

Prezados leitores, *Notas* cuja publicação se inicia com esse número, é uma carta mensal editada pelo Instituto Liberal do Rio de Janeiro e dirigida a públicos específicos. O objetivo principal de *Notas* é a avaliação de custos e benefícios que resultariam da aprovação de projetos de lei encaminhados ao legislativo, bem como de atos normativos do executivo.

A seleção dos projetos de lei para a análise em *Notas* dependerá de vários fatores, mas, de maneira especial, da importância relativa do impacto que tais projetos possam vir a ter sobre a sociedade.

A avaliação de custos e benefícios se fará sob a ótica do cidadão e da soberania do consumidor, com absoluto respeito ao princípio da isonomia, ou seja, a igualdade de todos diante da lei. Esta orientação liberal se opõe à tendência de concessão de privilégios a grupos específicos de pessoas em detrimento do resto da sociedade.

Este tipo de trabalho de avaliação vem sendo desenvolvido por outras nove instituições similares ao IL, instaladas em diversos países da América Latina, através de programas financiados conjuntamente por instituições locais e pelo CIPE – Center for International Private Enterprise, fundação norte-americana cujos objetivos são a promoção e o fortalecimento

da democracia e da empresa privada como base da prosperidade e liberdade individuais num contexto de economia de mercado¹. (grifos nossos).

Até o momento dessa publicação em 1990, eram dez instituições associadas ao CIPE, somando-se a outras duas até o ano de 1992. As propostas eram analisadas e, após a definição da posição do Instituto, era produzida a *Nota*, na qual os representantes do Instituto emitiam seus pareceres e diretrizes de ação a respeito do projeto a ser votado. Dessa forma, o objetivo desse mecanismo seria o de influenciar, através do acionamento do Estado no sentido restrito, a incorporação de interesses de classe da burguesia, convertendo-os em políticas públicas como se representassem os anseios da totalidade da sociedade. De acordo com a pesquisadora Denise Gros,

Os estudos são encomendados pelo Instituto Liberal do Rio de Janeiro a especialistas de cada tema e financiados por empresas locais e por várias instituições liberais, como a Tinker Foundaion e a Atlas Economic Research Foudation.² Essa atividade foi sugerida aos diretores do Instituto por Anthony Fisher, criador do Institute of Economic Affairs, em reunião realizada em Londres, em 1987. (GROS, 2003, p. 141)

Para a construção e execução do projeto foi montado um comitê editorial de *Notas*. No início dos anos 1990, o comitê editorial de *Notas* era integrado por Arthur Chagas Diniz, Og Francisco Leme, José Luiz Carvalho, Antônio Carlos Porto Gonçalves, Roberto Fendt Jr. e Luiz Zottman. A maioria vinculados à Fundação Getúlio Vargas (FGV) e com formação atrelada à Escola de Economia de Chicago. Esse Conselho Editorial de Notas era responsável pela análise dos projetos de lei e propostas circulantes na Câmara e no Senado, além da produção diretrizes próprias pelo IL.

Foi convidado para a elaboração e direção do projeto o engenheiro e empresário Arthur Chagas Diniz. O empresário não fazia parte do Instituto Liberal e foi convidado, justamente, para executar a proposta de viabilidade do projeto *Notas* junto aos representantes da Center for International Private Enterprise. O convite foi feito por um dos diretores e fundadores do Instituto Liberal, o professor de economia formado pela Escola de Economia de Chicago, Og Francisco

¹ A Constituição Brasileira e o Estado de Direito/Educação - Medida Provisória 207. **NOTAS: Avaliação de Projetos de Lei**, Rio de Janeiro: Instituto Liberal, n. 1, 1990, p.1.

² A Fundação Tinker foi criada por Edwar Larocque Tinker em 1959. A entidade organiza e financia projetos de consultoria e assessoramento de decisores políticos, principalmente na integração entre América Latina e EUA. (in: tinker.org). Atlas Economic Research Foudation, também conhecida como Rede Atlas, é uma organização sem fins lucrativos (Think Tank) com sede nos Estados Unidos, que organiza oficinas, oferece treinamento, executa programas e presta serviços de consultoria para apoiar e expandir o livre mercado em mais de 400 think tanks em 80 países. A organização foi fundada em 1981 por Antoy Fisher, também fundador do Institute of Economic Affars (IEA), em Londres, em 1955. Figuras como “Milton Friedman, Friedrich Hayek e Margareth Thacher aplaudiram a ideia de reproduzir o modelo em outro continente”. (in: atlasnetwork.org).

Leme. Os dois se conheciam do período em que juntos trabalharam no Ministério do Planejamento, nos anos 1970 (CASIMIRO, 2011).

Abaixo segue a listagem das publicações da série *Notas*, desde o volume 1º, em 1990, até o número 69, publicado em 1997. O programa de “Assessoria Legislativa” foi financiado pelo CIPE até fevereiro de 1993. Entretanto o Instituto Liberal deu prosseguimento ao projeto através de outras fontes até o final de 1997.

Quadro 3: Relação de publicações da Série *Notas* (Assessoria Legislativa - programa CIPE)

Nº	Títulos	Ano
1	A Constituição Brasileira e o Estado de Direito/Educação - Medida Provisória 207	1990
2	Demissão sem justa causa	1990
3	Uma nova lei da usura?	1990
4	O direito de greve	1990
5	O quinquênio dos pacotes	1991
6	Abuso do poder econômico	1991
7	Constituição, lei e salário	1991
8	Previdência Social	1991
9	Juízo arbitral e concessão de serviços públicos	1991
10	A Lei do inquilinato	1991
11	Lei de diretrizes e bases da educação nacional	1991
12	Propostas de Emendas Constitucionais	1991
13	Mercosul	1991
14	Modernização dos portos brasileiros	1991
15	Uma proposta de agenda	1992
16	Capital estrangeiro	1992
17	Programa de garantia de renda mínima: o fim da pobreza?	1992
18	O setor automotivo: Uma proposta cartorial	1992
19	Estatuto ou convenção da cidade?	1992
20	Reforma Fiscal I	1992
21	Reforma Fiscal II	1992
22	Combate à pobreza	1993
23	Combate à pobreza brasileira	1993
24	O que é o Mercosul?	1993
25	A Revisão Constitucional	1993

26	Lei de patentes	1993
27	Depois do plebiscito	1993
28	Rito sumário de desapropriação	1993
29	Concessão de serviços públicos	1993
30	Privatização no mundo	1993
31	Privatização no Brasil	1993
32	Energia elétrica	1993
33	Combate à inflação – O Plano FHC	1993
34	Sistema Financeiro Nacional	1994
35	O monopólio da Petrobras	1994
36	Mineração	1994
37	Os fundos de pensão	1994
38	Petróleo na Argentina (Edição especial)	1994
39	Telecomunicações	1994
40	A legislação antitruste no Brasil	1994
41	A política monetária e cambial do Plano Real	1994
42	A conta da energia nuclear	1994
43	<u>Concessão de Serviços Públicos</u>	1994
44	<u>O orçamento da União e a Constituição de 1988</u>	1994
45	<u>C Orçamento geral da União – A mensagem e a LDO</u>	1994
46	<u>Previdência Social</u>	1995
47	SINTREL – Sistema Nacional de Transmissão de Energia Elétrica	1995
48	Orçamento: déficit e subsídios	1995
49	<u>O Plano Real e as Reformas Constitucionais</u>	1995
50	A política industrial para o setor automotivo	1995
51	Reestruturação do setor elétrico	1995
52	<u>Desindexação da Economia</u>	1995
53	<u>Lei de Diretrizes e Bases</u>	1995
54	PROER – A MP das fusões bancárias	1995
55	Plano plurianual para 1996-1999	1995
56	Reforma tributária	1995
57	<u>Reforma Administrativa</u>	1995
58	Contrato de trabalho por prazo determinado	1996
59	ANEEL - novo DNAEE	1996

60	Telefonia celular	1996
61	Medida provisória sobre salário mínimo e previdência social	1996
62	Imposto sobre circulação de mercadorias	1996
63	Projeto de lei Agência Nacional de Petróleo	1996
64	Medidas de contenção de despesas	1996
65	Telecomunicações - o órgão regulador	1996
66	Custos de Transação: Justiça do Trabalho	1997
67	Anteprojeto de Nova Lei de Licitações	1997
68	A propriedade intelectual	1997
69	Balanço social	1997

Fonte: (CASIMIRO, 2011, p. 65 - 66)

Tendo como base os títulos das publicações da série *Notas*, apresentadas no quadro acima, podemos observar a gama de temas e propostas de projetos de lei em que os intelectuais orgânicos do Instituto Liberal estabeleceram suas diretrizes para o debate e votação nas instâncias legislativas. A partir de tais diretrizes de ação, o CIPE deu suporte tanto financeiro como organizacional às instituições referidas neste estudo. Os objetivos dessa associação entre o CIPE e o Instituto Liberal vão muito além da simples difusão de ideias, mas representa uma estratégia articulada, efetiva e consciente de ação propositiva e organizativa de universalização dos interesses de classe da burguesia a partir da penetração e ampliação do controle do Estado.

No caso brasileiro, de acordo com o relatório do CIPE, os resultados obtidos não atenderam às expectativas criadas pela instituição estadunidense. Uma das alegações do CIPE partiu da explicação de que o processo de impeachment do presidente Fernando Collor de Melo, no fim de 1992, teria prejudicado o projeto de abertura econômica e as reformas econômicas iniciadas em seu mandato. A mudança na presidência da República teria criado uma certa condição de instabilidade política e social, repercutindo na rotina do legislativo e sua tomada de decisões.

Conclusão

A atualização da dominação burguesa no Brasil, bem como em grande parte da América Latina, envolve, portanto a articulação de diferentes aspectos e condicionantes, inserindo-se no processo de reestruturação produtiva do capitalismo globalizado. Essa reformulação se verifica:

tanto por meio da necessidade da atuação efetiva e coercitiva do Estado – através das reformas de caráter neoliberal, da desregulamentação de direitos dos trabalhadores e desarticulação e repressão aos movimentos sociais – como também pela construção do consenso a partir da ação pedagógica de agentes, instituições e aparelhos midiáticos.

Reafirmamos, portanto, a ideia de complementaridade fundamental entre sociedade civil e sociedade política para a composição da ossatura da dominação da classe burguesa no Brasil, no controle do Estado. Dessa forma, o Instituto Liberal, assim como os outros aparelhos privados de hegemonia, acima apresentados, fazem parte de um projeto de dominação burguesa. Atuaram propositiva e pedagogicamente buscando penetrar tanto nas instâncias governamentais da sociedade política, como nos mais diversos níveis de sociabilidade no intuito de universalizar seus interesses de classe, reformulando e atualizando seus mecanismos de dominação e acumulação de capital.

Diante dos distintos interesses e das estratégias de articulação da classe burguesa das várias instituições pertencentes aos diferentes Estados da América Latina e Estados Unidos, nos deparamos com a necessidade de um exercício teórico de reflexão no que concerne à relação entre dominação de classe e Estado e, no mesmo sentido, tentar romper com uma aparente injunção entre as formas de determinação externa no plano estrutural do capitalismo global e o desenvolvimento das próprias pressões específicas internas do empresariado brasileiro, inseridas no modelo de desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo monopolista no Brasil. Essa dupla articulação, como chama Florestan Fernandes, não cria apenas o seu modelo de transformação capitalista. “Ela engendra uma fórmula típica de dominação burguesa, adaptada estrutural, funcional e historicamente, a um tempo, tanto às condições e aos efeitos do desenvolvimento desigual interno quanto às condições e aos efeitos da dominação imperialista externa” (FERNANDES, 2005, p. 349).

Por conseguinte, o materialismo histórico, enquanto ferramenta analítica crítica do desenvolvimento das relações humanas e método rigoroso de análise empírica dos processos históricos concretos, fornece as condições necessárias para uma reflexão mais complexa quanto a essa suposta injunção. Os conceitos e categorias do marxismo (e para nosso estudo Gramsci, Poulantzas e Florestan Fernandes) não se configuram como abstrações ou modelos cristalizados, mas possuem sentido e dinamismo na medida em que são articulados e interagem com a realidade histórica concreta.

É muito importante aqui a compreensão do papel fundamental do Estado para o exercício da dominação de classe. Mesmo diante de interesses, objetivos e empreendimentos econômicos que extrapolam as fronteiras dos seus respectivos Estados, todos os exemplos citados dessa articulação

entre diferentes aparelhos privados de hegemonia de diversos países da América Latina, não prescindem do Estado para garantirem sua posição de dominação e consolidarem seu projeto de poder. Mas, todavia, o que podemos perceber é justamente o oposto. A atuação dessas instituições representantes das classes dominantes de cada um desses países se desenvolve no sentido de ampliação do controle e captura dos espaços da sociedade política em seus respectivos Estados, no sentido restrito. A organização das classes burguesas desses países, mesmo que tendo relações econômicas e interesses corporativos para além dos seus Estados de origem, dependem de forma visceral da existência e do controle dos mesmos para a garantia da reprodução da dominação e ampliação da acumulação.

Para viabilizar esse projeto de dominação, foi necessário agregar desde o proprietário de pequenas fábricas ou empreendimentos comerciais, até os grandes conglomerados financeiros e industriais, penetrando nos mais diversos níveis da sociabilidade. Daí o papel fundamental dessas entidades que exercem essa articulação entre as distintas frações de classe. Dessa forma, a dominação, depende, por sua vez, do controle ou captura do Estado, que constitui-se como uma estrutura fundamental para a manutenção e reprodução do poder de classe. Essa captura não deve ser entendida a partir de uma visão “instrumentalista” do Estado, como se houvesse uma utilização do Estado por uma classe, mas, como visto em Poulantzas, há uma *natureza* de classe no Estado capitalista (POULANTZAS, 1980).

Por conseguinte, essa rede associativa de organizações patronais nacionais e supranacionais representa, em uma sociedade ocidentalizada, *estruturas estruturantes*, tanto do poder simbólico do capitalismo e do “livre mercado”, como do próprio poder de Estado. Mesmo diante de interesses capitalistas mundializados que, por sua vez, extrapolam as fronteiras dos Estados, estes constituem espaços mais do que necessários, mas sim, fundamentais para o exercício da dominação de classe capitalista. Destarte, o papel e abrangência do Estado vai muito além da simples dominação política imediata. Como afirma Poulantzas:

o Estado apresenta uma ossatura material própria que não pode de maneira alguma ser reduzida à simples dominação política. O aparelho de Estado, essa coisa de especial e por consequência temível, não se esgota no poder do Estado. Mas a dominação política está ela própria inscrita na materialidade institucional do Estado. Se o Estado não é integralmente produzido pelas classes dominantes, não o é também por elas monopolizado: o poder do Estado (o da burguesia no caso do Estado capitalista) está inscrito nesta materialidade. Nem todas as ações do Estado se reduzem à dominação política, mas nem por isso são constitutivamente menos marcadas (POULANTZAS, 1980, p. 17).

A partir do exposto, afirmamos que a burguesia brasileira vem buscando universalizar a sua concepção de mundo, no intuito de legitimar sua posição dominante e, para tanto, o Estado é seu

mecanismo fundamental. Essa burguesia, não se posiciona como mera subalterna passiva diante do processo de imperialismo no quadro do capitalismo mundializado. Na verdade entendemos que nesse processo a burguesia busca se associar - mesmo que ocupando uma condição de sócio menor – aos interesses dos grandes grupos financeiros das potências centrais do capitalismo mundializado, rearticulando e atualizando suas estratégias de acumulação e dominação em consonância com o quadro de reestruturação produtiva. Segundo Virgínia Fontes:

O crescimento do imperialismo, de forma não linear e atravessado de lutas sociais e contradições, também conduziu a um novo salto no patamar de acumulação de capital, impulsionado por um salto escalar no processo de expropriações sociais, primárias e secundárias, que altera quantitativa e qualitativamente, mais uma vez, seu teor ao longo dessa expansão (FONTES, 2010, p. 145 – 146).

O capital-imperialismo com seu forte predomínio do capital monetário e sua fulminante capacidade expropriadora “resultaram em modificações profundas do conjunto da vida social que atravessam o universo das empresas, o mundo do trabalho, a forma da organização política, a dinâmica da produção científica, a cultura; enfim, o conjunto da sociabilidade” (FONTES, 2010, p. 146).

Essa naturalização de uma cultura única, de uma sociabilidade do capital entranhada nas mais diversas e específicas manifestações da vida social, é que legitima e garante a manutenção das formas de dominação e, por sua vez, a reprodução ampliada da acumulação capitalista. Nesse sentido, Virgínia Fontes afirma que o capital baseia-se na permanente ampliação e exasperação de uma certa forma de vida social específica – a disponibilização massiva, tendencialmente atingindo toda a população, dos seres singulares convertidos em necessidade objetiva e em disposição subjetiva unilateral para a venda de força de trabalho sob quaisquer condições, base social para que um mercado “econômico” supostamente livre possa se generalizar. A expropriação massiva é, portanto, condição social inicial, meio e resultado da exploração capitalista. (FONTES, 2010).

Referências Bibliográficas:

BIANCHI, Álvaro. *O Ministério dos Industriais: a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo e a crise das décadas de 1980 e 1990*. Campinas: EdUnicampi, 2010.

CASIMIRO, F.H.C. *A Construção Simbólica do Neoliberalismo no Brasil (1983 – 1998): a ação pedagógica do Instituto Liberal*. Dissertação de Mestrado. São João Del Rei: UFSJ, 2011.

FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 5a. Ed. São Paulo: Globo, 2005.

FONTES, Virgínia. *O Brasil e o Capital-imperialismo: teoria e história*. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do Cárcere (caderno 13)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, (vol 3).

GROS, Denise Barbosa. *Institutos Liberais e o Neoliberalismo no Brasil da Nova República*. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heureser, 2003. (teses FEE n. 6).

MATTOS, Marcelo Badaró. *Reorganizando em meio ao refluxo: ensaios de intervenção sobre as classes trabalhadoras no Brasil atual*. Rio de Janeiro, Vício de Leitura, 2009.

MINELLA, Ary César. *Construindo Hegemonia: democracia e livre mercado (atuação do NED e do CIPE na América Latina)*. Caderno CRH, Salvador, v. 22, n. 55, p. 13-40, jan/abril 2011.

NEVES, Lúcia (Org). *A Nova Pedagogia da Hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso*. São Paulo: Xamã, 2005.

NOGUEIRA, Francis. *Ajuda Externa para a Educação Brasileira: da USAID ao Banco Mundial*. Cascavel: Unioeste, 1999.

POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder, o socialismo*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

SILVA, Carla Luciana Souza da. *Veja: o indispensável partido neoliberal (1989 a 2002)*. Tese de Doutorado. Niterói: UFF, 2005.